# RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL COLONIAL: QUILOMBOS, REBELIÕES E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

CAROLINA CESAR PASCHOAL

RESUMO
Este artigo analisa as múltiplas formas de resistência negra no Brasil colonial, enfocando as rebeliões escravas e a formação de quilombos como expressões fundamentais de agência e busca por liberdade coletiva. Partindo da premissa de que o sistema escravista foi um regime de violência e desumanização, o estudo demonstra como os sujeitos escravizados não foram passivos, mas protagonistas de estratégias que variavam de insubordinações cotidianas a rupturas sistêmicas. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica da história social, dialogando com autores como João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Beatriz Nascimento. Os resultados evidenciam que os quilombos, exemplificados por Palmares e Quariterê, funcionaram como sociedades alternativas que desafiaram a ordem colonial e preservaram o ethos africano através de "trincheiras simbólicas". Conclui-se que a resistência negra foi uma dimensão estrutural da vida colonial, cuja memória permanece como um alicerce vivo nas lutas contemporâneas por território, reconhecimento e combate ao racismo estrutural.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência Negra; Quilombos; Brasil Colonial; Historiografia; Agência.

ABSTRACT
This article analyzes the multiple forms of Black resistance in colonial Brazil, focusing on slave rebellions and the formation of quilombos as fundamental expressions of agency and the pursuit of collective freedom. Based on the premise that the slave system was a regime of violence and dehumanization, the study demonstrates how enslaved subjects were not passive but protagonists of strategies ranging from daily insubordinations to systemic ruptures. Methodologically, the research is based on a bibliographic review of social history, engaging with authors such as João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, and Beatriz Nascimento. The results show that quilombos, exemplified by Palmares and Quariterê, functioned as alternative societies that challenged the colonial order and preserved the African ethos through "symbolic trenches". It concludes that Black resistance was a structural dimension of colonial life, whose memory remains a living foundation in contemporary struggles for territory, recognition, and the fight against structural racism.

KEYWORDS: Black Resistance; Quilombos; Colonial Brazil; Historiography; Agency.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a resistência negra no Brasil colonial, com foco nas rebeliões e nos quilombos como expressões de liberdade coletiva. O tema é relevante porque demonstra que a escravidão não foi apenas imposição e violência, mas também espaço de luta, criatividade e construção de alternativas. Ao abordar essa temática, pretende-se evidenciar que os africanos escravizados e seus descendentes não foram sujeitos passivos da opressão, mas protagonistas de estratégias variadas de resistência, que iam desde as pequenas insubordinações cotidianas até a formação de comunidades autônomas.

A resistência negra, portanto, não pode ser compreendida apenas como fuga ou revolta, mas como um processo histórico de afirmação de identidades, preservação cultural e construção de projetos coletivos. Entre essas formas, os quilombos se destacam como experiências de liberdade que desafiaram diretamente o sistema escravista. O Quilombo dos Palmares, em particular, tornou-se símbolo de luta e inspiração, por sua organização social, política e militar, reunindo milhares de pessoas em busca de autonomia e dignidade.

Segundo João José Reis (1996, p. 17),

"Os quilombos foram a forma mais duradoura e radical de contestação ao cativeiro, pois criaram sociedades alternativas que afrontaram diretamente o poder colonial e garantiram, por meio da coletividade, a manutenção da liberdade

conquistada."

Esse entendimento ajuda a compreender que a luta quilombola não foi um fenômeno marginal, mas central para a dinâmica da sociedade colonial.
O presente trabalho tem como objetivo compreender as estratégias de resistência escrava e destacar o papel dos quilombos, sobretudo Palmares, como experiências históricas que marcaram a formação social brasileira. Busca se também analisar as rebeliões negras no período colonial e sua contribuição para a consolidação de uma memória de resistência que perdura até os dias atuais. Nesse sentido, como ressalta Flávio dos Santos Gomes (2021, p. 45),

"A resistência negra no Brasil colonial não se limitou às fugas, mas envolveu a construção de redes, a preservação da cultura africana e a formulação de novas sociabilidades que apontavam para outros mundos possíveis."

Metodologicamente, a pesquisa se apoia em bibliografia especializada da história social e da historiografia brasileira, dialogando com autores como João José Reis, Flávio dos
Santos Gomes, Beatriz Nascimento, entre outros que contribuíram para o estudo das resistências escravas e quilombolas. O recorte temporal abrange os séculos XVI ao XVIII, período em que o sistema escravista se consolidou e em que surgiram diversas experiências de luta coletiva.
Assim, a investigação pretende não apenas descrever episódios de resistência, mas refletir sobre sua importância histórica e simbólica, ressaltando como esses movimentos contribuíram para moldar a sociedade brasileira e continuam a inspirar lutas contemporâneas por liberdade, igualdade e reconhecimento cultural.

## O SISTEMA ESCRAVISTA NO BRASIL COLONIAL

O regime escravista foi um dos pilares centrais da formação social, econômica e política do Brasil colonial. A partir do século XVI, o tráfico transatlântico de africanos trouxe milhões de homens, mulheres e crianças para trabalharem compulsoriamente em engenhos, lavouras, atividades urbanas e na mineração.
A escravidão, entretanto, não deve ser compreendida apenas como um sistema econômico, mas também como um projeto de dominação que visava controlar corpos, apagar identidades e anular culturas.
Como destaca João José Reis (1996, p. 18),

"A escravidão foi, sem dúvida, o sistema mais violento e desumanizador já experimentado no Brasil. Não se tratava apenas de exploração econômica, mas de um regime de controle social, que impunha aos cativos a perda de laços familiares, de referências culturais e até da própria condição de humanidade."

A escravidão colonial brasileira foi marcada pela brutalidade, mas também pela resistência constante. Os castigos físicos, a vigilância severa e a separação de famílias eram estratégias empregadas pelos senhores para tentar garantir a submissão. Contudo, ao mesmo tempo, os escravizados desenvolveram formas de enfrentamento, desde a sabotagem no trabalho até a formação de redes comunitárias.
A economia colonial, voltada sobretudo para a produção de açúcar nos engenhos nordestinos, não pode ser dissociada da escravidão africana. Flávio dos Santos Gomes (2021) lembra que os africanos não foram apenas "mão de obra", mas agentes históricos que transformaram o Brasil. Ele enfatiza que,
"Os escravizados trouxeram consigo línguas, saberes agrícolas, técnicas de mineração, religiosidades e práticas culturais que se entrelaçaram à sociedade colonial. A escravidão, portanto, não foi apenas imposição; foi também um campo de disputas, no qual os africanos reinventaram identidades e construíram alternativas diante da violência." (GOMES, 2021, p. 47).

Esse processo evidencia que a escravidão não pode ser vista de forma unilateral. De um lado, sustentava-se uma ordem econômica e social baseada na exploração. De outro, havia resistência continua, explícita ou velada, que se manifestava nas relações cotidianas. Como observa Beatriz Nascimento (apud RATTS, 2006), a própria ideia de quilombo surge como resposta política à violência colonial, articulando fuga, territorialidade e memória

coletiva.
Portanto, compreender o sistema escravista brasileiro é também entender o terreno no qual floresceram diversas formas de resistência negra. A violência, longe de anular a humanidade dos cativos, impulsionou a criação de novas formas de sociabilidade e luta, que marcaram profundamente a história do Brasil colonial.

## FORMAS DE RESISTÊNCIA NEGRA

A escravidão no Brasil colonial foi marcada por violência extrema, mas também pela persistente capacidade de resistência das populações negras. Essa resistência assumiu diversas formas, desde ações individuais até movimentos coletivos, revelando que a vida escravizada jamais foi de completa submissão. Fugir, insurgir-se, preservar tradições e organizar quilombos foram estratégias que deram novos sentidos à existência e abriram brechas no rígido sistema escravista. Entre as manifestações de enfrentamento, destacaram-se as fugas e as rebeliões armadas. Muitas delas ocorreram em engenhos e áreas rurais, como observa João José Reis (1992), ao estudar revoltas no Recôncavo baiano, "Os levantes não foram episódios isolados, mas expressões de uma resistência coletiva, planejada e compartilhada entre homens e mulheres que buscavam, em conjunto, romper com a opressão escravista." (REIS, 1992, p. 27). Outro aspecto fundamental foi a resistência cultural, que garantiu a preservação de valores africanos no Brasil. A manutenção de línguas, músicas, religiões e culinárias foi uma forma de afirmar identidades em meio ao processo de desumanização. Gomes (2021) destaca que essas práticas foram trincheiras simbólicas contra o apagamento cultural, permitindo que a memória africana atravessasse séculos e se enraizasse no cotidiano colonial.
As mulheres negras tiveram papel de protagonismo nesse processo. Elas não apenas atuaram em revoltas e fugas, mas também foram guardiãs de tradições e líderes comunitárias. Como ressalta Silva (2022, p. 41),

"Foram elas as guardiãs de saberes, articuladoras de fugas e lideranças em comunidades negras livres, desempenhando papel central na continuidade cultural africana no Brasil."

Assim, a resistência negra deve ser entendida não como exceção, mas como dimensão estrutural da vida escravizada. Ela estava presente no cotidiano, nos pequenos gestos de recusa, e em grandes movimentos coletivos, como os quilombos. A luta pela liberdade, nesse sentido, foi parte constitutiva da história do Brasil colonial e um dos alicerces da memória da população negra.

## DINÂMICAS DE RESISTÊNCIA E AGÊNCIA NEGRA NO BRASIL COLONIAL

A historiografia contemporânea, ao romper com as narrativas tradicionais de passividade, consolidou a compreensão de que o sistema colonial foi permanentemente tensionado pela agência negra. A resistência não deve ser interpretada como um fenômeno episódico ou reativo, mas como uma constante dialética constitutiva da própria sociedade colonial: onde o aparato estatal e a elite senhorial impunham a reificação do sujeito (transformando-o em mercadoria), as populações africanas e seus descendentes respondiam com sofisticadas táticas de reexistência.
Essas estratégias operavam em um espectro multidimensional que abrangia desde a micropolítica do cotidiano — manifesta em sabotagens, negociações de pecúlio e preservação de laços de parentesco — até rupturas sistêmicas definitivas, como as insurreições armadas. A escravidão, portanto, não foi apenas um regime econômico de exploração, mas um campo de disputas permanentes no qual os africanos reinventaram identidades e construíram alternativas políticas diante da violência estrutural.
Nesse cenário, a resistência assume um caráter de afirmação ontológica. Ao manterem vivas suas línguas, religiosidades e saberes técnicos, os escravizados transformaram a cultura em uma "trincheira simbólica", impedindo o apagamento de sua subjetividade e subvertendo o projeto de dominação que visava anular sua humanidade. Assim, a agência negra não apenas garantiu a sobrevivência física dos sujeitos, mas foi o motor que possibilitou a formulação de novas sociabilidades e projetos coletivos de liberdade que apontavam para outros mundos possíveis.

## O ESPECTRO DA INSURGÊNCIA: DAS FUGAS AOS LEVANTES

As fugas e as rebeliões armadas não constituíram meros atos de desespero, mas representaram o desafio mais contundente à lógica de reificação da propriedade privada humana. No ecossistema dos engenhos e zonas rurais, essas ações funcionavam como vetores de desestabilização da previsibilidade econômica e da ordem produtiva da metrópole. A insurgência, portanto, atacava o sistema em seu núcleo vital: a manutenção do capital imobilizado em corpos escravizados.

Conforme analisa João José Reis (1992) ao investigar a complexidade das revoltas no Recôncavo baiano:

"Os levantes não foram episódios isolados, mas expressões de uma resistência coletiva, planejada e compartilhada entre homens e mulheres que buscavam, em conjunto, romper com a opressão escravista." (REIS, 1992, p. 27).

Sob essa perspectiva, as insurreições desconstroem o mito da "violência cega". Eram, em rigor, movimentos articulados que demandavam uma sofisticada inteligência logística, redes de comunicação trans-senzalas e, fundamentalmente, sincretismos táticos entre etnias africanas distintas. Essa convergência de saberes e estratégias, unificada pelo imperativo da liberdade, transformava a diversidade étnica em uma força política capaz de engendrar projetos coletivos de autonomia que desafiavam frontalmente a hegemonia colonial.

## A DIALÉTICA DA REEXISTÊNCIA: CULTURA E COTIDIANO COMO ATO POLÍTICO

No cenário de desumanização imposto pelo regime escravista, a resistência negra configurou-se como uma dialética da reexistência. Este conceito pressupõe que o simples ato de existir plenamente — preservando afetos, ritos e memórias — constituía uma forma de insurgência contra a reificação, ou seja, a tentativa sistemática de converter o ser humano em "coisa" ou mera mercadoria. Sob essa ótica, a cultura não era um adereço, mas uma "trincheira simbólica" fundamental para a manutenção da integridade psíquica e social do escravizado.

Essa resistência operava por meio de diversos mecanismos como, afirmação ontológica: A manutenção de cosmogonias, línguas e religiosidades funcionava como uma recusa à identidade de "peça" mercadológica, permitindo que o escravizado retomasse sua condição de sujeito histórico. Micropolítica do Cotidiano: A resistência estava entranhada nos pequenos gestos de recusa, na preservação de culinárias e músicas, e na formulação de novas sociabilidades que apontavam para mundos possíveis fora do controle senhorial. Redes de Solidariedade: A construção de laços de parentesco e redes comunitárias servia como contraponto à violência que visava anular laços familiares e referências culturais. Agência e Reinvenção: Os africanos e seus descendentes não foram apenas mão de obra, mas agentes históricos que trouxeram saberes técnicos e agrícolas, reinventando identidades no campo de disputas da sociedade colonial.

Portanto, a reexistência demonstra que a vida escravizada jamais foi de completa submissão. Ao articular territorialidade, memória coletiva e práticas culturais, as populações negras transformaram o Brasil colonial em um espaço de constante tensão, onde a luta pela dignidade era inseparável da sobrevivência diária. Essa dinâmica estrutural evidencia que a liberdade não foi um evento tardio, mas um projeto coletivo construído em cada fresta do sistema escravista.

## RESISTÊNCIA CULTURAL COMO TRINCHEIRA ONTOLÓGICA

A resistência cultural no Brasil colonial deve ser compreendida como uma trincheira ontológica de proporções profundas, transcendendo o mero embate físico para se consolidar como uma disputa pela própria essência do ser. Em um sistema escravista cuja espinha dorsal era a reificação — o esforço sistemático e institucional de converter a subjetividade africana em "peça" mercadológica desprovida de história —, a manutenção do ethos e das cosmogonias ancestrais configurou-se como uma recusa radical à desumanização. Conforme assevera Gomes (2021), essas práticas não eram meros resquícios folclóricos, mas sim ferramentas de preservação subjetiva que permitiam ao escravizado romper com a condição de objeto para reassumir sua

posição como sujeito histórico.
Essa resistência operava em uma camada onde a preservação de línguas, ritmos, culinárias e práticas religiosas funcionava como um código de pertencimento e uma estratégia de sobrevivência psíquica contra o apagamento cultural planejado. Ao articular a territorialidade simbólica e a memória coletiva, os africanos e seus descendentes transformaram o cotidiano colonial em um campo de forças permanentemente tensionado, onde a subjetividade era o último reduto de liberdade inalienável. Assim, a cultura atuava como o alicerce fundamental para a agência política; sem a salvaguarda dessa integridade ontológica, as insurreições e a complexa organização dos quilombos não teriam terreno para florescer. A memória africana, ao enraizar-se de forma indelével no cotidiano, provou que a escravidão, embora violenta e totalizante em suas intenções, foi incapaz de anular a humanidade e a capacidade de reinvenção daqueles que, sob o signo da dor, forjaram novas e resilientes sociabilidades.

## PROTAGONISMO FEMININO E REDES DE CUIDADO

A densidade analítica da agência negra é significativamente ampliada ao observarmos o papel das mulheres escravizadas e libertas, cuja atuação subverteu a interseccionalidade da dupla opressão de raça e de gênero. Elas operaram em frentes multidisciplinares que desafiavam a lógica de isolamento imposta pelo sistema, atuando na economia urbana, na articulação política e, primordialmente, na manutenção da vida e da dignidade. Conforme ressalta Silva (2022, p. 41):

"Foram elas as guardiãs de saberes, articuladoras de fugas e lideranças em comunidades negras livres, desempenhando papel central na continuidade cultural africana no Brasil.".

As mulheres negras constituíram-se como as principais arquitetas das redes de solidariedade e de parentesco fictício. Esses laços, forjados fora dos registros oficiais, eram essenciais para a sobrevivência psíquica e física no interior do sistema escravista, reestruturando famílias fragmentadas pelo tráfico.
No ambiente urbano, o fenômeno das negras de ganho conferiu-lhes uma mobilidade espacial e financeira estratégica. Através do pequeno comércio, elas não apenas garantiam a subsistência de suas comunidades, mas frequentemente financiavam cartas de alforria e proviam o suporte logístico para insurreições. Esse protagonismo demonstra que a liderança feminina foi o sustentáculo que permitiu à cultura africana atravessar séculos, transformando saberes ancestrais em ferramentas de sobrevivência e emancipação política no cotidiano colonial.

## PAPEL DAS NEGRAS DE GANHO: ÊNFASE NA MOBILIDADE URBANA E NO PODER FINANCEIRO COMO BRAÇOS DA RESISTÊNCIA POLÍTICA E ECONÔMICA.

A atuação das negras de ganho no cenário urbano colonial representou uma das mais sofisticadas formas de subversão das estruturas de controle escravista, articulando mobilidade espacial e autonomia financeira como ferramentas de insurgência política. Ao circularem pelas ruas das cidades para comercializar produtos e serviços, essas mulheres rompiam com o isolamento doméstico e estabeleciam-se como nós vitais de uma rede de comunicação e trocas que extrapolava a vigilância senhorial. Esse trânsito livre permitia não apenas a circulação de mercadorias, mas também a difusão de informações estratégicas, o que as tornava peças-chave na articulação de fugas e no suporte logístico a comunidades quilombolas.
Do ponto de vista econômico, a prática do ganho possibilitava a acumulação de pecúlio, transformando o pequeno comércio em um braço de resistência financeira capaz de viabilizar a compra de alforrias e o financiamento de revoltas. Como ressalta Silva (2022), essas mulheres desempenharam um papel central na continuidade cultural africana, utilizando sua posição econômica para sustentar irmandades e redes de solidariedade que garantiam a sobrevivência física e espiritual da população negra. Assim, o protagonismo das negras de ganho desconstrói a lógica da passividade, revelando que a economia urbana colonial foi permanentemente tensionada por uma agência feminina que utilizava o capital e a mobilidade para corroer, por dentro, as bases do sistema de dominação.

## QUILOMBOS COMO ESPAÇO DE LIBERDADE

Entre as múltiplas formas de resistência negra, os quilombos ocuparam lugar central como experiências de liberdade coletiva no Brasil colonial. Longe de serem apenas refúgios de fugitivos, representaram sociedades alternativas, organizadas a partir de práticas políticas, econômicas e culturais próprias, que confrontavam diretamente a ordem escravista.

O mais conhecido deles, o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga (atual Alagoas), chegou a reunir milhares de habitantes entre os séculos XVII e XVIII. Sua estrutura era complexa, com formas de liderança política, organização militar e sistemas de produção agrícola comunitária. Como afirma Ferreira (2020, p. 66):

"Palmares não foi apenas um esconderijo, mas a materialização de um projeto de liberdade. Ali se forjava a superação da colonialidade moderna, ao propor uma sociedade baseada na cooperação, na diversidade cultural e na recusa à ordem escravista."

A importância de Palmares não está apenas na sua longevidade, mas no seu significado simbólico. Almeida (2021, p. 15) aponta que,

"Palmares tornou-se símbolo pedagógico de resistência, transmitindo às gerações seguintes a ideia de que era possível enfrentar o sistema escravista e construir alternativas de existência fora do controle colonial."

Entretanto, a experiência quilombola não se restringiu a Palmares. Diversos outros quilombos espalharam-se pelo território brasileiro, demonstrando que a luta por liberdade era ampla e articulada. Um exemplo marcante é o Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso, liderado por Teresa de Benguela no século XVIII. Sob sua liderança, a comunidade resistiu por décadas, combinando estratégias de defesa militar com a preservação de tradições africanas e indígenas.

Da mesma forma, quilombos como os de Camamu, na Bahia, mostraram a vitalidade dessas comunidades em diferentes regiões, reforçando a ideia de que a resistência negra foi um fenômeno enraizado em todo o território colonial.

Assim, os quilombos devem ser compreendidos não apenas como espaços de refúgio, mas como projetos políticos de liberdade. Neles, homens e mulheres negros reinventaram formas de viver, trabalhar e se relacionar, criando experiências de autonomia que desafiaram diretamente o poder colonial.

## MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

A memória dos quilombos ultrapassa o período colonial e permanece viva nas lutas contemporâneas das comunidades quilombolas por território, reconhecimento e identidade. Longe de serem apenas registros históricos, os quilombos se tornaram referências simbólicas de resistência e liberdade que continuam a inspirar movimentos sociais e culturais no Brasil. No campo do direito e da política, essa memória ganha força na luta pelo reconhecimento das terras quilombolas. Brito (2020, p. 88) observa que,

"As comunidades quilombolas contemporâneas enfrentam sérios desafios diante da lentidão dos processos de titulação de terras e das pressões do agronegócio. Contudo, a resistência dessas comunidades reafirma os vínculos com a luta ancestral, demonstrando que a memória quilombola não se restringe ao passado, mas constitui uma prática viva de identidade e sobrevivência."

Além da luta política, há também a construção de uma memória social que reposiciona os quilombos na historiografia brasileira. Durante muito tempo, predominou a interpretação colonial e imperial que via os quilombos como desordem, ameaça e criminalidade. Foi somente a partir do século XX, especialmente com o fortalecimento da história social, que surgiram novas leituras que destacaram o protagonismo dos escravizados e a importância dos quilombos como experiências de liberdade.

Nesse sentido, Harder Reis (2025, p. 112) argumenta que,

"As revoltas escravas e os quilombos devem ser entendidos como parte de uma guerra afro-atlântica, conectando o Brasil a movimentos de resistência que atravessaram o Atlântico e colocaram em

xeque o sistema colonial em diferentes regiões das Américas."

A revisão historiográfica, impulsionada por autores como João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Beatriz Nascimento, trouxe novas perspectivas, revelando que os quilombos não foram apenas episódios de fuga, mas experiências de construção de alternativas políticas e sociais. Assim, a historiografia atual reconhece os quilombos como símbolos da luta negra e como elementos estruturantes da identidade brasileira.
Portanto, a memória e a historiografia dos quilombos mostram que a resistência negra não pertence apenas ao passado. Ela se renova no presente, reafirmando a continuidade das lutas por liberdade, igualdade e justiça, e apontando para o futuro como inspiração para novos caminhos de resistência coletiva.

## CONCLUSÃO

As rebeliões e os quilombos demonstram que a resistência negra foi motor essencial da história colonial brasileira. Muito além de respostas pontuais à violência, essas experiências configuraram verdadeiros projetos de liberdade, coletividade e autonomia, que desafiavam a lógica escravista e antecipavam ideais de justiça social que ainda hoje ecoam.
Ao longo deste trabalho, buscou-se evidenciar que a escravidão não pode ser compreendida apenas como imposição e submissão, mas como um campo de disputas, no qual homens e mulheres negros reivindicaram sua humanidade por meio de diferentes formas de enfrentamento. A resistência se manifestou em atos cotidianos, em rebeliões armadas e, sobretudo, na construção de quilombos, sociedades alternativas que afirmavam a possibilidade de um outro mundo dentro da ordem colonial.
O Quilombo dos Palmares, assim como Quariterê, Camamu e tantos outros, mostraram que a luta negra não se limitava à fuga, mas envolvia a construção de comunidades organizadas, com lideranças, sistemas de produção, defesa militar e preservação cultural. Essas experiências reafirmaram a centralidade da resistência para a formação social brasileira e para a memória coletiva do povo negro.
A historiografia, que por muito tempo reduziu os quilombos a expressões de desordem, passou a reconhecê-los como símbolos de luta e liberdade. Autores como João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Beatriz Nascimento demonstraram que a resistência quilombola não foi marginal, mas estrutural, e que seu legado permanece vivo na luta contemporânea por território, reconhecimento e igualdade racial.
Atualmente, as comunidades quilombolas existentes, assim como os movimentos sociais negros, mantêm acesa essa memória de resistência, conectando o passado ao presente e projetando horizontes de transformação. Estudar essa trajetória, portanto, é reafirmar o protagonismo do povo negro na história do Brasil, reconhecendo sua contribuição fundamental para a construção da sociedade brasileira.
Conclui-se, assim, que a resistência negra no Brasil colonial não pertence apenas ao passado. Ela é força viva que inspira as lutas atuais contra o racismo estrutural, pela valorização da cultura afro-brasileira e pela conquista de direitos sociais. Mais do que um objeto de estudo, os quilombos e as rebeliões são legados de esperança, coragem e liberdade, capazes de orientar a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, L. O "jogo da resistência no Brasil colonial": o uso de Palmares para pedagogia de resistência. Revista UFG, v. 20, n. 3, 2021.

BRITO, M. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. Revista de Direito Público, v. 17, n. 3, 2020.

FERREIRA, A. B. Os Quilombos e a superação da colonialidade moderna. Virtuajus, v. 6, n. 1, 2020.

FREITAS, J. L. Quilombos e a resistência negra no Brasil: um estudo de representações sociais. Psicologia e Saber Social, v. 11, n. 1, 2022.

GOMES, F. Resistência negra no Brasil colonial: das senzalas aos quilombos. Anais do Congresso de História Social, UEL, 2021.

HARDER REIS, Arthur. Revoltas escravas no Atlântico Revolucionário: "uma guerra afro-atlântica". Faces da História, v. 11, n. 2, 2025.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. Afro-Ásia, Salvador, n. 15, 1992.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Revista USP, n. 28, p. 14–39, 1996.

SILVA, M. A. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. Revista Kwanissa, v. 5, n. 2, 2022.